

# Estudo do perfil sócio digital de estudantes do curso de pedagogia da UFBA no contexto da covid-19

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios provocados pela pandemia da covid-19, causada pelo vírus Sars-COV-2, no contexto educacional dos estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O texto dedica-se a revelar como a necessidade de distanciamento social exigiu novos arranjos educacionais, impondo a urgência de mediação tecnológica, onde acentua-se a desigualdade econômica e social historicamente arraigada em nossa sociedade. O diálogo proposto neste trabalho se fez com os teóricos Castells (1999), Nóvoa (2020), Tardif (2014), Pretto (2020), entre outros. Como construtos metodológicos da pesquisa descritivo-analítica realizada, apresentamos o perfil sociodigital de discentes, traçado a partir de 223 questionários respondidos pelos participantes. Os resultados iniciais do estudo aqui apresentado revelam que os estudantes possuem poucos e inadequados equipamentos tecnológicos, baixa qualidade de acesso à internet, além da fragilidade de condições cognitivas, emocionais ou econômicas para estudar; impondo às universidades a necessidade de refletir sobre a formação de professores no Ensino Superior, neste contexto de sindemia.

**Palavras-chave:** Ensino Superior; inclusão digital; formação de professores.

**Telma Brito Rocha**

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

telmabr@gmail.com

**Karina Moreira Menezes**

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

kaikamenezes@gmail.com

**Lanara Guimarães de Souza**

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

lanara@ufba.br

## Da pandemia a sindemia

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a disseminação global do novo coronavírus. A covid-19, síndrome respiratória aguda grave de coronavírus 2, é causada pelo vírus SARS – CoV-2, e recebeu essa nomenclatura por possuir semelhança com o vírus SARS-CoV, agente causador da epidemia de SARS, em 2002. O vírus causa infecção, leve, e em alguns casos, assintomática; em casos de moderados a graves, provoca doença sistêmica que não ataca apenas o sistema respiratório, mas o circulatório, nervoso, afeta rins, intestino e até a pele, e ainda pode deixar sequelas crônicas pós infecção. Desde 2020, a OMS trabalha em estreita colaboração com especialistas globais, governos e parceiros para expandir o conhecimento científico sobre esse novo vírus, rastrear sua disseminação, virulência e aconselhar países e indivíduos sobre medidas para proteger a saúde e impedir a propagação da doença.

No dia 2 de março de 2021, com total de 11.202.305 casos confirmados de infecção pelo vírus, e 270.656 mortes, a Fiocruz divulgou em edição especial, uma nota técnica na qual alertou o

país do agravamento simultâneo de diversos indicadores, como o crescimento do número de casos e de óbitos por covid-19 e sobrecarga dos hospitais com ocupação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs). Diante desse agravamento, os pesquisadores da Instituição indicaram a necessidade de adoção de medidas mais rigorosas para restrição da circulação e das atividades não essenciais, de acordo com a situação epidemiológica e capacidade de atendimento de cada região, com avaliação semanal a partir de critérios técnicos – taxas de ocupação de leitos e tendência de elevação no número de casos e óbitos. A edição chamou atenção ainda que esta atual situação – que combina uma crise sanitária e social simultaneamente – exige medidas que envolvam o sistema de saúde brasileiro nas áreas de vigilância e atenção à saúde, com o reforço de ações de atenção primária (APS) e vigilância em saúde, além de ações para mitigar os impactos sociais da pandemia, principalmente para os mais vulneráveis. Dentre as ações de mitigação, destaque ao distanciamento físico, uso de máscaras e higiene das mãos. Medidas de supressão, tais como: restrição da circulação; estratégia de comunicação; campanhas de prevenção e incentivo a vacinação; recursos extraordinários ao Sistema Único de Saúde (SUS) e Fundos Estaduais e Municipais de Saúde; mitigação dos impactos sociais, com auxílio emergencial.

Os efeitos do novo coronavírus Sars-COV-2 acentuaram antigos problemas econômicos e sociais arraigados na sociedade. Suas consequências a curto e longo prazo são tão preocupantes que se observa a tendência de tratar a covid-19 como uma sindemia. Richard Horton (2020), escritor médico e professor no Reino Unido, retoma esse conceito, cunhado por Merill Singer em 1990, segundo o qual sindemias se caracterizam por interações biológicas e sociais que aumentam a suscetibilidade de uma pessoa ou um grupo a ter prejudicadas ou pioradas as suas condições de saúde. Portanto, Horton (2020) destaca que os efeitos da covid-19 resultam da interação entre duas categorias de doenças em populações específicas: a grave síndrome respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2 e uma variedade de doenças não transmissíveis coexistentes em grupos sociais de acordo com padrões de desigualdade social, alertando que diversas doenças não transmissíveis são vetores negligenciados de problemas de saúde em populações mais vulneráveis. De tal forma, mostra-nos que o combate a covid-19 exige ações que não se limitem à contenção da transmissão do vírus, sendo necessário

que os governos elaborem políticas e programas para reverter profundas disparidades sociais. Portanto, concordamos com Horton (2020, §3, tradução nossa) quando diz que “abordar a covid-19 como uma sindemia irá convidar a uma visão mais ampla, abrangendo educação, emprego, habitação, alimentação e meio ambiente”<sup>1</sup>.

Diante do agravamento da situação sanitária e os problemas socioeconômicos e políticos do país, a vacinação contra covid-19 no Brasil está atrasada em comparação a outros países. Não houve planejamento, nem aquisição de um amplo cardápio de imunizantes em 2020, pelo Governo Federal. De acordo com o consórcio de veículos de imprensa a partir de dados das Secretarias Estaduais de Saúde, divulgados em 28 de março de 2021, o Brasil aplicou 15.476.005 doses das vacinas da CoronaVac, produzida pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, e a vacina da Universidade de Oxford/AstraZeneca, que será produzida no Brasil pela Fiocruz. Desse total apresentado pelo consórcio de veículos de imprensa, 4.695.360 já tomaram as duas doses dos imunizantes de ambos fabricantes.

Enquanto isso, as instituições de educação em todas as etapas permanecem fechadas a mais de um ano e, assim como o andamento da vacinação, o país está atrasado também na proposição de políticas educacionais voltadas para este contexto, no que se refere ao Ministério da Educação. Segundo a Comissão Externa da Câmara dos Deputados (Comex) destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação (MEC), desde 2019 falta investimento para pesquisa em educação, uma vez que a execução de atividades de fomento a pesquisas e inovação na área educacional não tem ultrapassado 2,28% do montante para pesquisa e desenvolvimento (P&D). (BRASIL, 2020) Inexiste uma política de financiamento que amplie o acesso à computadores e internet para estudantes e professores. Nenhuma medida foi tomada para garantir a educação inclusiva, educação de jovens e adultos, a educação de povos indígenas, quilombolas e do campo. Nada foi proposto no sentido de desenvolver tecnologia assistiva para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Diante desse contexto, uma pesquisa de metodologia quali-quantitativa foi realizada por um grupo de docentes da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) interessados em identificar desafios e potencialidades da formação de professores/as e partir do perfil sociodigital de discentes do curso de Licenciatura

(1) Tradução do original: "Approaching COVID-19 as a syndemic will invite a larger vision, one encompassing education, employment, housing, food, and environment. Viewing COVID-19 only as a pandemic excludes such a broader but necessary prospectus".

em Pedagogia da UFBA. O perfil sociodigital leva em consideração a situação socioeconômica e a fluência tecnológica dos(as) participantes da pesquisa, portanto, contempla formas de interação e usos que os estudantes fazem dos dispositivos tecnológicos dos quais dispõem, bem como, as condições sociais e materiais de acesso a elas. Sabemos, ser potencialmente diferenciadas, as condições de aprendizagem e de produção do conhecimento entre pessoas que possuem computadores instalados em ambiente propício ao estudo com conexões relativamente rápidas e aqueles (as) que utilizam unicamente smartphones com planos de internet restritos. Da mesma forma, a cognição também precisa ser considerada, pois o manuseio qualitativo de tecnologias digitais exige leituras singulares, atualmente abarcadas pelos conceitos de alfabetização digital, letramento digital ou outros que se preocupam com a compreensão e fluência. O processo de investigação foi dividido em duas etapas; a primeira delas, desenvolvida e concluída durante o segundo semestre de 2020, é apresentada neste artigo.

Esse estudo se justifica pela abrangência e missão do curso de Pedagogia, destinado à formação de profissionais para atuarem na educação básica, desde a Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. O curso de Pedagogia também tem o maior número de concluintes e aparece em segundo lugar em número de matrículas nos Censos da Educação Superior de 2017 e 2019, atrás apenas do curso de Direito. Informação esta que confirma a relevância do Curso, e aumenta nossa responsabilidade com a qualidade da formação de professoras(es) em nosso país.

Portanto, após a necessária introdução do contexto mais amplo da síndrome de Covid-19 em nosso país, no presente artigo abordamos o contexto da Educação Superior quanto ao acesso e permanência e apontaremos ações da Universidade Federal da Bahia para assistir seus estudantes durante a crise sanitária. Em seguida, apresentamos a descrição e dos dados que compõem o perfil das(os) licenciandas(os) do curso de Pedagogia da UFBA e analisamos as implicações desse perfil para proposição de ações estruturantes da qualidade da formação de professores no contexto que se apresenta.

## Educação superior entre ead e atividades remotas

No que se refere ao sistema educacional brasileiro, nos anos anteriores à pandemia, observa-se que em 2019, 48,8% da população na faixa etária de 25 anos ou mais, concluiu a educação básica e 17,4% o Ensino Superior, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2020). Acrescenta-se a isso, a taxa de escolarização de jovens de 18 a 24 anos matriculados no Ensino Superior em relação ao total da população da mesma faixa etária, continuava baixa (17,9%), conforme análises do Mapa de Ensino Superior no Brasil (2020). Portanto, mesmo com o incremento de matrículas na Educação Superior ao longo dos últimos anos, os números permanecem muito inferiores às metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, cuja Meta 12 propõe o percentual de 33% até 2024.

Esse é um problema persistente na etapa da educação superior do país, como se vê nos estudos de Rosana Heringer (2018), ao analisar as metas de expansão previstas no Plano Nacional de Educação de 2001 que estipulava 30% de jovens de 18 a 24 anos matriculados na educação superior em 2011 comparando com o ano de 2017, quando apenas 19,7% dos jovens nesta faixa etária frequentavam o Ensino Superior. Por outro lado, Heringer (2018, p. 8) destaca as mudanças sociais ocorridas nessa etapa educacional, impulsionadas pelas políticas de expansão e programas de inclusão, acessibilidade e permanência no Ensino Superior:

Apesar do não alcance das metas, a expansão do ensino superior brasileiro possibilitou a inserção neste nível de ensino de estudantes pertencentes a grupos antes pouco presentes na educação superior. Esta diversificação de públicos e perfis de estudantes ocorreu de forma significativa nas instituições federais de educação superior (IFES), que tiveram uma expansão de matrículas de 600 mil em 2003 para 1,3 milhão em 2017. (INEP/MEC, 2018).

De acordo com Censo da Educação Superior 2019, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o aumento no número de matrículas se deve em grande parte a modalidade de Educação a Distância (EAD), com crescimento de 192% entre 2009 e 2019, notadamente nas instituições privadas de educação superior. Entre as 302 instituições públicas e as 2.306 instituições privadas, as últimas respondem por

mais de 6,5 milhões de matrículas de um total 8,6 milhões entre presencial e EAD.

Por outro lado, o Censo 2019 indica a taxa de evasão e desistência de 14 milhões de estudantes que não concluíram os estudos em nível superior, em ambas as modalidades, mas no que se refere à EAD, se torna especialmente preocupante pela continuidade das taxas de evasão historicamente em torno de 26%.

Segundo estudo de Branco, Conte e Habowski (2020), a evasão na EAD ocorre devido diversas fragilidades identificadas na organização didático-pedagógica dos cursos, na integração do estudante à prática educativa, na inclusão e o engajamento dos sistemas de ensino e formação dos professores, na reprodução de práticas tradicionais de ensino e não às realidades da sala de aula. Acrescentamos a isso, as condições de autonomia dos estudantes – tanto do ponto de vista auto organizativo quanto do acesso à infraestrutura tecnológica para estudar, além das questões financeiras, principalmente se considerarmos que 45,6% dos estudantes matriculados na rede privada (45,6%) conta com algum tipo de financiamento ou bolsa, como o Programa Universidade Para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), segundo o Censo da Educação Superior 2019. De tal forma, mesmo que a oferta e a procura pela EAD tenha aumentado, o número de pessoas que concluem os cursos precisa ser melhorado.

A EAD é muito anterior à internet, sendo oferecida por soluções assíncronas, com utilização de impressos enviados por serviços postais, depois com a incorporação do rádio e da TV na produção e transmissão de conteúdos educativos. Educação *on-line*, *e-learning*, *m-learning*, e outras nomenclaturas e conceitos foram inaugurados com o advento da internet, abrindo novas possibilidades educacionais e exigindo reflexões e adequações. (PRETO; BONILLA; SENA, 2020) Cabe ressaltar que desde 2016 a inclusão de atividades na modalidade EAD em cursos presenciais é permitida até o limite máximo 20% da carga horária dos cursos, respeitadas as diretrizes curriculares de cada curso. (BRASIL, 2016) Ainda assim, o que se observou desde o fechamento das Instituições de Ensino Superior (IES), foi a instauração emergencial de atividades de ensino remoto, também chamado de não presencial, tal como analisa Gusso e outros autores (2020).

A despeito de vivermos a mais de 20 anos sob o signo do informacionalismo, paradigma segundo o qual a geração, o tratamento e

a transmissão de informações é a principal fonte de produtividade e poder, estruturando a economia e os modos de vida (CASTELLS, 1999, 2001), ainda convivemos com assimetrias graves no acesso à tecnologias em rede e isso cria novas exclusões e desigualdades.

A necessidade de distanciamento social exigiu novos arranjos educacionais, impondo a urgência de mediação tecnológica para todos os níveis de ensino, mas o acesso à infraestrutura tecnológica conectada não foi democratizada no Brasil. O Centro Regional de Estudos da Sociedade da Informação (CGI.br/NIC.br, 2019) aponta que 74% dos domicílios brasileiros tinha acesso à internet em 2019, mas, essa popularização se deu quase que exclusivamente pelos *smartphones* nos segmentos de baixa renda<sup>2</sup>. A situação se agrava nas zonas rurais e nas classes econômicas C, D e E<sup>3</sup>, segmentos estes que contabilizam pouco mais que 50% de domicílios com internet. Esses desafios anteriores se tornam particularmente graves diante do contexto de saúde pública que exige medidas de isolamento e distanciamento social para controle da contaminação, como é o caso da covid-19.

A assimetria de acesso às tecnologias informacionais antes da sindemia já dificultava à população economicamente vulnerável usufruir de bens materiais e simbólicos da cultura digital de forma qualitativa, e com a covid-19, levou ao alijamento de pessoas a direitos básicos tais como alimentação, comunicação e educação, dada virtualização imposta dessas formas de acessar esses direitos.

Durante a emergência sanitária, aulas da educação superior no ano de 2020 e 2021 foram oferecidas de forma não presencial ou remota na UFBA. No ano de 2020, tivemos a Resolução nº 01/2020 que regulamentou as atividades de ensino não presencial do denominado Semestre Letivo Suplementar (SLS) em caráter excepcional e temporário, para os cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*. Em 2021, passou a vigorar a Resolução nº 10/2020, aprovada em 09 de dezembro do mesmo ano, que dispõe sobre as atividades de ensino no semestre 2021.1, também dirigida aos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* da UFBA. Nesta última resolução, o Conselho Acadêmico de Ensino da Universidade, considerou a manutenção da oferta da educação *on-line* em virtude da continuidade dos indicadores epidemiológicos do covid-19 para o Brasil e o Estado da Bahia e as perspectivas epidemiológicas delineadas para o período letivo. O semestre 2021.1, assim como o SLS, não serão computados para fins de tempo máximo fixado

(2) Ver em: [https://diplomatieque.org.br/dificuldades-no-acesso-a-internet-expressoes-do-racismo-estrutural/?utm\\_campaign=later-linkinbio-intervozes&utm\\_content=later-15661731&utm\\_medium=social&utm\\_source=instagram](https://diplomatieque.org.br/dificuldades-no-acesso-a-internet-expressoes-do-racismo-estrutural/?utm_campaign=later-linkinbio-intervozes&utm_content=later-15661731&utm_medium=social&utm_source=instagram).

(3) O relatório de Pesquisa TIC Domicílios utiliza o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), definido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep). A classificação se dá pela posse de alguns itens duráveis de consumo doméstico e o grau de instrução do chefe do domicílio declarado. A posse de itens estabelece um sistema de pontuação em que a soma para cada domicílio resulta na classificação como classes econômicas A1, A2, B1, B2, C, D e E. Disponível em: [https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic\\_dom\\_2018\\_livro\\_eletronico.pdf](https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf).



para integralização da matriz curricular dos cursos. A oferta dos componentes curriculares na modalidade para este semestre incluirá, obrigatoriamente, atividades assíncronas e síncronas, contudo, devem respeitar o dia e o horário de oferta da turma, confirmada na matrícula do discente. Quanto à avaliação da aprendizagem, deverá ser contínua de acompanhamento, diagnóstica, realizada com base no previsto no plano de ensino-aprendizagem semestral aprovado pelo Departamento, não podendo ser exclusivamente de modo síncrono.

A Resolução nº 10/2020 estão em consonância com Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP nº 19/2020) que trata das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e CNE/CP nº 11/2020, desde que observadas as DCNs e as normas a serem editadas 2020. Em seu parágrafo único recomenda no período de emergência sanitária que Instituições de Educação Superior (IES) possuem autonomia para definir seus calendários acadêmicos, desde que respeitada a pertinente legislação, e observadas as DCNs e as regras estabelecidas em seus regimentos internos ou estatutos, conforme seu art. 25:

No período de estado de calamidade pública, em caráter excepcional, as IES ficam dispensadas da obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho acadêmico, de acordo com o art. 3º, caput, da Lei nº 14.040/2020 e os Pareceres CNE/CP nº pelos respectivos sistemas de ensino, e desde que mantida a carga horária prevista na grade curricular para cada curso, e que não haja prejuízo aos conteúdos essenciais para o exercício da profissão. (BRASIL, 2020a, p. 15)

Nesse sentido, a recomendação (CNE/CP N° 15/2020) é que as Instituições de Ensino Superior (IES) organizem processos de capacitação dos seus docentes para a Educação a Distância; promovam ensino considerando atividades *on-line* síncronas e assíncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica dos discentes. A este respeito a UFBA, realizou pesquisa com docentes e discentes para conhecer o perfil sócio digital desses grupos; durante a preparação do SLS lançou o Portal UFBA em Movimento, um espaço dedicado



à formação de docentes, com orientações aos discentes e técnicos administrativos da instituição para realização das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, de forma não presencial.

Além dessas ações, a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA lançou dois editais para acesso à internet e aquisição de equipamentos eletrônicos em agosto de 2020, destinados a discentes em situação de vulnerabilidade social, com renda familiar média de até 1,5 salário-mínimo. O edital para a aquisição de equipamentos eletrônicos, ofereceu um mil auxílios no valor de R\$ 800,00, em parcela única, para aquisição ou melhoria de equipamento portátil de tecnologia de informação e comunicação - *laptops, tablets* e/ou *smartphones*. O edital de acesso à internet contemplou dois mil discentes com auxílios mensais de R\$ 70,00 para custeio total ou parcial de serviço de conexão à internet.

## Perfil sociodigital das pedagogas em formação: análises

O perfil geral dos futuros Pedagogos no Relatório Síntese de Área Pedagogia (Licenciatura) - SINAES 2017<sup>4</sup> nos mostra que 93,2% das estudantes de licenciatura em Pedagogia foram identificadas como sexo feminino; 29,4% possuíam até 24 anos de idade, 46% na faixa etária entre 25 a 44 anos de idade e que 27,6% de mulheres e 33,9% de homens ingressaram por meio de políticas de ação afirmativa ou inclusão social. Locatelli e Diniz-Pereira (2019) ao analisar as características socioeconômicas de estudantes de licenciatura a partir de dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes 2017 (Enade), mostra que dos(as) 27,8% estudantes do curso de Pedagogia inscritos(as) no exame declararam renda familiar de até um e meio salário-mínimo (cerca R\$ 1.405,50, à época); 37% com renda de 1,5 a 3 salários mínimos e 18,7% registraram renda familiar de três a quatro e meio salários-mínimos, o que coloca esse conjunto de pessoas majoritariamente dentro das classes econômicas C, D e E. Acrescenta-se, como agravante, que muito já tem-se noticiado sobre a significativa diminuição de renda e da qualidade de vida como consequência da covid no Brasil e no mundo.

Para conhecer o perfil sociodigital das(os) licenciandas(os) do curso de Pedagogia, foi realizada a aplicação de questionário *on-line* com 15 questões de múltipla escolha e uma dissertativa. Participaram 223 discentes da Licenciatura em Pedagogia que responderam ao questionário *on-line*, o que significa uma amostra

de 29% dos matriculados nos turnos diurno e noturno. Neste escrito, apresentaremos resultados de análises da primeira etapa que buscou conhecer o perfil sócio digital desses discentes para desenvolvimento das atividades de ensino no curso, durante a pandemia de covid-19.

A pesquisa estabeleceu um olhar investigativo sobre o campo de interseção da formação de professores com as tecnologias de informação e comunicação, através de uma proposta metodológica descritivo-analítica. Os dados coletados e analisados, após contabilizar os resultados, considerou-se a complexidade dos usos da rede internet pelos discentes do curso, o que torna-se necessário também interpretá-los além de uma quantificação.

Assim, os processos dinâmicos vividos por esses sujeitos da pesquisa no que diz respeito ao caráter quantitativo e qualitativo tendem a ser compreendidos, considerando que, “[...] o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. (MINAYO et al. 2002, p. 22)

Portanto, é possível superar a oposição entre quantitativo e qualitativo, uma vez que se coloca ultrapassada sua separação. O debate atual, a partir dos avanços na área das ciências, ressalta a importância da busca da complementação entre as partes.

Em termos gerais, o questionário *on-line* foi respondido majoritariamente por estudantes do turno diurno, 62,4% deles(as). Os respondentes estavam predominantemente na faixa etária de 22 a 26 anos de idade, ainda assim, notamos se tratar de um curso com faixa etária ampla, desde jovens de 17 anos a pessoas acima de 47 anos. O gênero predominante de 88% das respondentes é de mulheres, e registra-se a resposta de uma mulher trans. Desse total, 70% estavam solteiras, 25% são casadas e/ou possuem união estável. Entre as respondentes, 58% possuem renda familiar de um a três salários-mínimos. No que se refere à deficiência e uso de tecnologias assistivas, 6,2% das estudantes informaram possuir algum tipo de deficiência registrando o uso de *tablet*, computador, celular, internet e TV como tecnologias assistivas.

Em relação ao acesso às tecnologias digitais em rede, registrou-se que 87,2% dos(as) estudantes acessam a internet todos os dias, sendo que 93,8% o fazem pelo celular e 61,5% por *notebook*, 13,3% por computador *desktop*. Mesmo com o maior acesso pelo telefone

celular, 82,7% destes possuíam wifi em casa e 10% compartilham a internet com vizinhos, sendo que 40% das respondentes usavam também o próprio plano de dados. Como se nota, as informações coletadas são coerentes com os dados gerais de uso da internet no Brasil, conforme pesquisas do Comitê Gestor da Internet (CGI) apontando o uso de dispositivos móveis como responsáveis pela dispersão do acesso às redes. Se por um lado, é reconfortante saber que mais de 87% dos respondentes têm acesso diário à internet, por outro lado, preocupa-nos os 13% que não tem. Outro ponto que merece ser destacado refere-se ao fato de que o acesso à internet via *smartphones* não pode ser considerado como uma democratização, afinal, aparelhos móveis possuem limitações determinantes na qualidade de uso e na produção de conhecimentos através dele, como memória limitada para processamento de dados, ergonomia para leitura e produção de textos, manuseio de páginas web não responsivas, por exemplo.

Quanto às ferramentas utilizadas pelas estudantes para se informar, chama atenção que a TV Aberta é o meio usado por quase 75% dos respondentes para se informar, seguido do jornal eletrônico, com 60% de preferência e depois pelo menos 50% usam canais do YouTube e aplicativo de mensagem WhatsApp. Essa informação mostra o quanto a TV aberta e o jornalismo televisivo estão presentes na vida das pessoas, bem como nos alerta para a potencial exposição a notícias falsas (*fake news*), através de aplicativos de mensagem, pois estes são o principal canal de redes de desinformação. Portanto, torna-se imprescindível o preparo para buscar informações em canais adequados e confiáveis, sendo necessário incluir oportunidades formativas que ajudem compreender o funcionamento de redes de desinformação, questionando e denunciando-as.

Quanto às condições de estudos durante a pandemia, identificamos que cerca de 65% das respondentes afirmaram manter alguma forma de estudo relacionada à área de Educação durante o distanciamento social, mas apenas 35% o fizeram com alguma rotina.

Outra preocupação do grupo de pesquisadores relaciona-se ao conhecimento dos estudantes acerca do ambiente virtual de aprendizagem usado pela universidade, a plataforma Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), em português, significa ambiente modular de aprendizagem dinâmica

orientada a objetos, é um *software open-source*, ou seja, seu código fonte é aberto. Quando perguntados sobre o uso do Moodle, 91,2% das respondentes informaram conhecer a plataforma. Esse dado trouxe certa tranquilidade uma vez que a plataforma utilizada pela instituição para as aulas remotas é de conhecimento de uma parte significativa das(os) estudantes, isso se deve a inclusão de componentes curriculares no curso de Pedagogia cujos docentes fazem uso intensivo do Moodle como plataforma de gestão do processo de ensino e aprendizagem, tais como o componente curricular EDC 287 – Educação e Tecnologias Contemporâneas (68 horas).

Apesar do conhecimento disseminado sobre a plataforma virtual de aprendizagem Moodle, a sua ampla adoção divide opiniões. 15% dos respondentes discordam do seu uso para continuidade das atividades letivas durante o distanciamento, 44,7% são favoráveis à utilização somente no período pandêmico, enquanto 40,3% aprova sua adoção durante e após a pandemia. O receio em utilizar plataformas virtuais envolve diferentes sentidos para estudantes porque coloca em questão a qualidade do acesso à tecnologia que possuem em mãos, além dos aspectos cognoscentes relacionados ao ensino e aprendizagem por meios virtuais. Dentre esses aspectos, a ambientação dos estudantes é de grande relevância, principalmente nas primeiras semanas de contato com o espaço virtual. É necessário que esse seja organizado favorecendo a localização de informações pertinentes ao ambiente técnico e ao conteúdo, reservando-se tempo para que os estudantes possam explorar o ambiente e compreender como este está estruturado, e as atividades que nele estão previstas.

Os respondentes foram convidados a avaliar o conhecimento que possuem para manusear celular ou computador para seu próprio aprendizado através de uma escala de 1 a 5, na qual 1 significa muito conhecimento e 5 significa pouco conhecimento. Resultou que 69,5% dos respondentes se autoavaliaram dentro da escala 4-5. Portanto, considerando que pelo menos 30% das pessoas considera ter conhecimento médio a pouco conhecimento para uso do celular e computador para sua própria educação, faz-se mais uma vez necessário.

Procuramos identificar a expectativa das estudantes em concluir o curso, e 18% das respondentes mostrou-se em dúvida se conseguiria ou não se graduar no presente contexto. É preciso considerar que 30,1% das respondentes afirmou ter perdido o

emprego durante a pandemia e 32,3% ficaram em home office. Considerando se tratar de um curso com expressiva presença de mulheres, é correto supor que as tarefas domésticas, o trabalho e o estudo se sobrepuseram aumentando a carga de responsabilidades sobre as estudantes, especialmente para aquelas que têm filhos, e precisam compartilhar seus equipamentos para que as crianças e jovens também estudem.

Quando perguntados sobre as principais dificuldades a serem enfrentadas para participar das atividades *on-line*, 26,1% apontam a disponibilidade de equipamentos adequados. Chamou atenção que 39,4% temem não receber apoio interativo dos docentes para esclarecer dúvidas e 24,3% apontam como dificuldade conhecer a plataforma que será usada. Nota-se que a necessidade de mediação e acolhimento é mais marcante que as limitações infraestruturais.

Uma dimensão importante em relação à retomada das aulas durante a pandemia trata das condições emocionais dos estudantes para fazê-lo. Enquanto 54,4% dos estudantes confirmam sentir-se em condições para retomar os estudos, 15% dizem não se sentir preparados e 30,5% afirmam não saber. Esse dado é especialmente significativo porque quase metade dos estudantes não tinha certeza se estava emocionalmente preparado para o retorno aos estudos de forma virtual, o que exige cuidado institucional para acolhimento e inclusão dos estudantes no processo de formação online e para a continuidade e conclusão desse mesmo processo.

Dentre as atividades que os estudantes consideraram mais adequadas para o trabalho virtual, as vídeo-aulas gravadas tem a preferência de 81,4% dos respondentes. *Ebooks*, textos digitais e periódicos foram a indicação de 74%. Esses dois recursos são adequados para situações de baixa conectividade por permitirem participação assíncrona e acesso em horários escolhidos pelos próprios estudantes, contudo, são formas de comunicação um para todos e de baixa interatividade. As conferências e aulas ao vivo foram consideradas adequadas para 50% dos respondentes e os fóruns de discussão aparecem com 51,3% de indicação de uso, denotando a expectativa desse grupo por espaços de diálogo e interação. Portanto, percebe-se que os recursos que exigem menos recursos técnicos foram considerados os mais adequados pelos estudantes, e, não coincidentemente, são também os mais tradicionais. Dentre as outras atividades avaliadas quanto à adequação, encontramos as seguintes preferências: Oficinas virtuais (44,2%), áudio-aulas

e *podcasts* (42,9%), *chats* (41,2%) e atividades em grupos virtuais (40,7%). Uma análise dessas respostas aponta para, pelo menos, dois eixos fundamentais na formação de professores: a utilização de recursos e de ambientes virtuais interativos; e atividades colaborativas em rede.

Sobre a interatividade em ambientes virtuais, destacamos a concepção da educadora Edméa Santos (2005). Esta, segue na direção de evidenciar o potencial de virtualização que caracteriza este ambiente. São ambientes comunicacionais potencialmente capazes de gerar modificações mútuas entre os interagentes, durante o processo de ensino aprendizagem. Para a autora, o AVA é um “[...] espaço fecundo de significação onde seres humanos e objetos técnicos interagem, potencializando assim a construção de conhecimentos, logo a aprendizagem”. (SANTOS, 2005, p. 91) Desse modo, um ambiente de comunicação interativo é compreendido, principalmente, pela combinação de vários modos e gêneros semióticos bastantes ricos, que favorecem a construção de sentido capaz de produzir uma aprendizagem significativa em rede.

Quando se trata de considerar as atividades colaborativas em rede, é necessária uma noção clara dos princípios e diferentes estilos de aprendizagem com mediação tecnológica. Primeiro, porque as teorias de aprendizagem constituem-se fonte de saber para pensar o processo educativo, em especial a arquitetura didática de curso/disciplina, envolvendo modelos, estratégias e desenhos didáticos. Depois, conhecer os estilos de aprendizagem dos estudantes permite a tomada de decisão no cenário do curso e disciplina, levando em consideração as especificidades e necessidades de cada pessoa.

A resposta dos estudantes nos mostra, ainda, a necessidade de selecionar bem quais conteúdos serão estudados de forma síncrona e assíncrona e como estes dois momentos podem se conectar. Os conteúdos devem ser disponibilizados nos mais diversos suportes, mídias, artefatos curriculares e digitais etc. Portanto, ao delimitar as fontes de conhecimento, a demanda apresentada pelos resultados da pesquisa é que utilizemos, além do livro texto e artigos novos modelos de difusão de conhecimento, tais como: *lives*, *webinários* e videoconferências de profissionais de referência, hipertextos, manifestações artísticas, *podcast*; vídeos, dentre outros.

Ao analisarmos esses dois eixos, amparados no tripé: conteúdos, mídias e práticas, é oportuno trazer a reflexão feita por Nóvoa (2017), quando este relaciona a questão da formação à questão da

profissão docente, numa perspectiva de interdependência compatível com o momento crítico social que vivemos atualmente:

Para avançar no sentido de uma formação profissional universitária, é necessário construir um novo lugar institucional. Este lugar deve estar fortemente ancorado na universidade, mas deve ser um 'lugar híbrido', de encontro e de junção das várias realidades que configuram o campo docente. É necessário construir um novo arranjo institucional, dentro das universidades, mas com fortes ligações externas, para cuidar da formação de professores. (NÓVOA, 2017, p. 9)

Tais ligações precisam garantir a escuta sensível dos futuros professores, especialmente dos estudantes dos cursos de Licenciatura em Pedagogia, a fim de diagnosticar as condições, possibilidades e perspectivas do educar durante e após uma catástrofe planetária. Esse diagnóstico só tem sentido se for acompanhado por iniciativas de mudança, pela coragem de pensar modelos inovadores de práticas docentes.

Nesses modelos, entende-se a docência como atividade humana complexa e relacional, respaldada em Tardif e Lessard (2014, p. 8), para quem a docente é concebida como “[...] uma forma particular de trabalho sobre o humano, ou seja, uma atividade em que o trabalhador se dedica ao seu ‘objeto’ de trabalho, que é justamente um outro ser humano”. Trabalho, portanto, em que não há objetos, mas sujeitos históricos capazes de se autoproduzir e ressignificar sua existência a partir do outro.

No contexto da pandemia que vivenciamos, em que os educadores precisam reconfigurar sua atuação em face das demandas da educação *on-line*, tomar a prática docente reflexiva como um caminho a ser percorrido, desde o início da formação, parece uma boa alternativa para assegurar processos formativos sólidos e contextualizados.

## Considerações finais

Mesmo com a conhecida seletividade da Educação Superior, a problemática sindêmica causa sérios efeitos a curto, médio e longo prazo; dentre eles: a evasão e o abandono dos cursos, a desvalorização da formação, o sucateamento das instituições públicas. As dimensões individuais e coletivas desses efeitos precisam ser considerados no



repensar de valores, processos e políticas instituídas, no sentido de mitigar os seus impactos negativos e ao mesmo tempo, trazer espaços de inovação para o campo para lidar não apenas com a covid-19, mas com outras crises que afetam a sociedade.

Com o efeito da pandemia de covid-19 no Brasil e o agravamento da desigualdade cada vez mais acentuada pelo caráter de sindemia, apresenta desafios para formação não presencial na Universidade. Embora significativa parte das(os) discentes do curso de Licenciatura em Pedagogia acesse diariamente a rede internet por meio de celulares, entre outros equipamentos eletrônicos, a qualidade do acesso não é garantida, seja por não possuírem equipamentos adequados para desenvolvimento do seu processo de ensino aprendizagem, seja por não estar em condições cognitivas, emocionais ou econômicas. Os editais da assistência estudantil para acesso à pacote de dados e obtenção de aparelhos tecnológicos não conseguem contemplar todos estudantes de baixa renda na instituição e infelizmente as políticas públicas não têm considerado o sistema educacional em sua inteireza, sutileza e complexidade.

Compreendemos a importância dos dados trazidos a partir dessa pesquisa para se identificar desafios e potencialidades para a formação dos(as) licenciandos(as) em Pedagogia. Esse conjunto de informações demonstra o que precisamos considerar para promover atividades acadêmicas através de aportes tecnológicos digitais, principalmente para os cursos presenciais. Ao reconhecer a recorrência da renda familiar baixa da estudante trabalhadora, mulher, negra, egressa de escola pública, que compõem o perfil dos estudantes de diversas licenciaturas, e em especial, os da Pedagogia, nota-se que é preciso oferecer a ambiência do aprendizado com tecnologias digitais como direito de cada um e cada uma. Além disso, preocupa-nos de igual maneira a situação daqueles que não puderam participar desta pesquisa, dentre os motivos, falta de acesso à internet, falta de tempo ocasionada pela situação ocupacional do *home office*. Estudantes que encontravam na rotina do ensino presencial as condições de continuidade de estudos, não podem ter seus planos de vida ceifados pela impossibilidade de se conectar às redes digitais às quais não tiveram direito de alcançar.

## Study of the sociodigital profile of students of the pedagogy course at ufba in the context of covid-19

**Abstract:** This article aims to analyze the challenges caused by the covid-19 pandemic, due to Sars-COV-2 virus, in the educational context of students of the Pedagogy degree course, Federal University of Bahia – (UFBA). The text is dedicated to revealing how the need for social distancing required new educational arrangements, imposing the urgency of technological mediation, where the historically entrenched economic and social inequality in our society is accentuated. The dialogue proposed in this work was made with the theorists: Castells (1999), Nóvoa (2020), Tardif (2014), Pretto (2020), among others. As methodological constructs of the descriptive-analytical research carried out, we present the sociodigital profile of students from 223 questionnaires answered by the participants. The initial results of the study presented here reveal that students have few inadequate technological equipment, poor quality of internet access, in addition to the lack of cognitive, emotional or economic conditions to study; imposing on universities the need to reflect on teacher training in higher education, in this context of syndemic.

**Keywords:** Higher Education; digital inclusion; teacher training.

## Estudio del perfil sociodigital de estudiantes del curso de pedagogía de la ufba en el contexto del covid-19

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo analizar los desafíos causados por la pandemia covid-19 causada por el virus Sars-COV-2, en el contexto educativo de los estudiantes del curso de Pedagogía, Universidad Federal de Bahía (UFBA). El texto se dedica a revelar cómo la necesidad de distanciamiento social requería nuevos arreglos educativos, forzando la urgencia de la mediación tecnológica, donde se acentúa la desigualdad económica y social históricamente arraigada en nuestra sociedad. El diálogo propuesto en este trabajo se hizo con los teóricos Castells (1999), Nóvoa (2020), Tardif (2014), Pretto (2020) entre otros. Como construcciones metodológicas de la investigación descriptiva-analítica llevada a cabo, presentamos el perfil sociodigital de los estudiantes, descrito de 223 cuestionarios respondidos por los participantes. Los resultados iniciales del estudio presentado aquí revelan que los estudiantes tienen pocos e inadecuados equipos tecnológicos, baja calidad del acceso a Internet, además de la falta de condiciones cognitivas, emocionales o económicas para estudiar; imponer a las universidades la necesidad de reflexionar sobre la formación del profesorado en la educación superior en este contexto de sindemia.

**Palabras clave:** Educación Superior; inclusión digital; formación del profesorado.

## Referências

BRANCO, L. S. A.; CONTE, E.; HABOWSKI, A. C. Evasão na educação a distância: pontos e contrapontos à problemática. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 25, n. 01, p. 132-154, mar.

2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v25n1/1982-5765-aval-25-01-132.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº:15/2020, aprovado em 6 de outubro de 2020. Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Brasília, DF, 06 out. 2020a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=160391-pcp015-20&category\\_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=160391-pcp015-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 14 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). *Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2020*. Brasília, DF: MCTIC, 2020b. Disponível em: [https://antigo.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/indicadores/arquivos/Indicadores\\_CTI\\_2020.pdf](https://antigo.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/indicadores/arquivos/Indicadores_CTI_2020.pdf). Acesso em: 12 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 1.134, de 10 de outubro de 2016. Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 153, n. 196, p. 21, 11 out. 2016. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-no-1-134-de-10-de-outubro-de-2016-22055503-22055503>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Relatório Síntese de Área: Pedagogia (Licenciatura)*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/relatorio\\_sintese/2017/Pedagogia\\_Licenciatura.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2017/Pedagogia_Licenciatura.pdf). Acesso em: 31 mar. 2021.

BRASIL APLICOU AO MENOS UMA DOSE DE VACINA EM QUASE 15,5 MILHÕES, APONTA CONSÓRCIO DE VEÍCULOS DE IMPRENSA. *G1*, São Paulo, 28 mar. 2021, Bem Estar – Vacina. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2021/03/28/brasil-aplicou-ao-menos-uma-dose-de-vacina-em-mais-de-155-milhoes-aponta-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acesso em: 29 mar. 2021.

CASTELLS, M. Informacionalismo e sociedade em rede. In: HIMANEN, P. *A ética dos hackers e o espírito da era da informação*. Rio de Janeiro: Campus, 2001. p. 136-154.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. vol. 1.

FIOCRUZ. Boletim Extraordinário. *Boletim Observatório Covid-19*, Rio de Janeiro, semanas 05-07, 02 mar. 2021. Disponível em: [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim\\_extraordinario\\_2021-marco-03.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_extraordinario_2021-marco-03.pdf). Acesso em: 17 mar. 2021.

GUSSO, H. L. et al. ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA: DIRETRIZES À GESTÃO UNIVERSITÁRIA. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, p. ,2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo>.

php?script = sci\_arttext&pid = S0101-73302020000100802&tlng = pt.  
Acesso em: 30 mar. 2021.

HERINGER, R. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 7-17, jun. 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902018000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902018000100003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 30 mar. 2021.

HORTON, R. Offline: COVID-19 is not a pandemic. *The Lancet*, [S.l.] v. 396, sep. 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736\(20\)32000-6.pdf](https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(20)32000-6.pdf). Acesso em: 30 mar. 2021. Não paginado.

IBGE. *Educação*: 2019. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf). Acesso em: 20 mar. 2021.

MADEIRO, C. Controle da covid depende mais de cobertura ampla que de eficácia da vacina. *UOL*, São Paulo, 13 jan. 2021, Coronavírus. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/01/13/controle-da-covid-depende-mais-de-cobertura-ampla-que-de-eficacia-da-vacina.htm>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MINAYO, M. C. S. (org.). et al. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. *Cadernos de Pesquisa [da] Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v47n166/1980-5314-cp-47-166-1106.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2020.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. (ed.). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2018*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: [https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic\\_dom\\_2018\\_livro\\_eletronico.pdf](https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf). Acesso em: 10 maio 2021.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. (ed.). *Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2019*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: [https://www.cetic.br/media/analises/tic\\_domicilios\\_2019\\_coletiva\\_imprensa.pdf](https://www.cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf). Acesso em: 10 jun. 2020.

PRETTO, N.; BONILLA, M. H. S.; SENA, I. P. F. S. (org.). *Educação em tempos de pandemia: reflexões sobre as implicações do isolamento físico imposto pela COVID-19*. Salvador: Edição do Autor, 2020.

SANTOS, E. O. *Educação online: cibercultura e pesquisa-formação na prática docente*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SEMESP. *Mapa do Ensino Superior, 10ª edição*. São Paulo: 2020. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/sobre-o-mapa-do-ensino-superior/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

TARDIF, M.; LESSARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

UFBA lança editais de apoio a acesso à internet e compra de equipamentos para o semestre suplementar. *Ufba em Pauta*, Salvador, 25 ago. 2020. Disponível em: [https://ufba.br/ufba\\_em\\_pauta/ufba-lanca-editais-de-apoio-acesso-internet-e-compra-de-equipamentos-para-o-semester](https://ufba.br/ufba_em_pauta/ufba-lanca-editais-de-apoio-acesso-internet-e-compra-de-equipamentos-para-o-semester). Acesso em: 18 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Conselho Universitário. *Resolução nº 01/2020*. Dispõe sobre a suspensão de atividades acadêmicas e administrativas presenciais no período da pandemia da COVID-19 e cria um semestre letivo suplementar no ano de 2020. Sala virtual do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia, 21 jul. 2020. Disponível em: [https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/resolucoes/resolucao\\_01-2020\\_-\\_consuni.pdf](https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/resolucoes/resolucao_01-2020_-_consuni.pdf). Acesso em: 30 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Conselho Universitário. *Resolução nº 10/2020*. Dispõe sobre as atividades de ensino no semestre 2021 para os cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, da UFBA. Disponível em: [https://ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/resolucoes/resolucao\\_no\\_10.2020\\_-\\_cae.pdf](https://ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/resolucoes/resolucao_no_10.2020_-_cae.pdf). Acesso em: 30 mar. 2021.

---

Submetido em 19/07/2021  
Aceito em 31/01/2022